

EDUCAÇÃO DE DERIVATIVOS: PRÁTICAS E ADEQUAÇÃO DAS GRADES CURRICULARES ÀS POSSIBILIDADES DO MERCADO DE OPÇÕES EM IES GAÚCHAS

Bruno Bernardes Ost¹

Maria Ivanice Vendruscolo²

RESUMO

O mercado atual oferece uma infinidade de instrumentos financeiros e alternativas às empresas para seus diferentes propósitos, sejam eles de especulação ou proteção. Os derivativos e o mercado de opções são exemplos de negócios para os quais a contabilidade deve atentar e estar em constante atualização. Derivativos, opções e governança corporativa são apenas alguns exemplos de elementos que produzem influência direta na Contabilidade das organizações, e é fundamental que os acadêmicos tenham sustentação para o desenvolvimento das habilidades contábeis relacionadas a essas áreas. Não apenas por métodos tradicionais de débito e crédito, mas com o real entendimento do que representam essas operações e do quão diversificados são alguns mercados. Nesse contexto, e tomando esses elementos como base, o presente artigo objetiva analisar as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis de universidades gaúchas. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e descritiva quanto aos objetivos. Com a análise realizada, verificou-se que os cursos de Graduação em Contábeis no Estado do Rio Grande do Sul não abordam o mercado de derivativos de maneira específica e detalhada.

Palavras-chave: Instrumentos Financeiros. Mercado de Opções. Grades Curriculares de Ciências Contábeis.

ABSTRACT

The market offers a wide assortment of financial instruments and alternatives to companies interested in achieving various ends, be they speculative or protective. Derivatives and options are both examples of ever-evolving instruments that are objects of study for Accounting Science. Derivatives, options and corporate governance are among the many subjects that directly influence accounting in organizations, and it is crucial that scholars be skilled and knowledgeable about such subjects. As well as traditional debit and credit methods, they require a thorough understanding of what these operations actually represent and how diversified certain markets have become. Considering this context and based on these elements, this paper analyzes the Accounting Science curricula of universities in Rio Grande do Sul. This paper takes the form of a qualitative survey. The data shows that few undergraduate courses in Accounting Science in Rio Grande do Sul deal with these subjects specifically and in detail.

Keywords: Financial Instruments. Options Market. Accounting Curricula.

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro, sobretudo o mercado de opções e derivativos, destaca-se como um celeiro de variáveis, novas negociações e segmentos. Nesse contexto, a contabilidade – responsável pela evidenciação patrimonial das companhias – precisa caminhar na mesma velocidade dos mercados.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunno_ost@hotmail.com

Silva Junior (2006) destaca que trabalhos elaborados, a partir da volatilidade implícita de diversas séries de opções, identificam a função densidade de probabilidade do ativo subjacente, para a data de vencimento dessas opções. Tais estudos ganharam a atenção de acadêmicos e participantes do mercado.

A legislação brasileira é ampla, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs 38, 39 e 40 tratam dos instrumentos financeiros. O primeiro tem seu foco voltado ao Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O segundo trata de estabelecer princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Por fim, o CPC 40 trata da evidenciação destes instrumentos, trazendo em sua introdução o seguinte:

Considerando a complexidade inerente aos instrumentos financeiros e ao processo de seu reconhecimento, mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, o CPC entende que o processo para migração das normas contábeis brasileiras aplicáveis aos instrumentos financeiros deve ser realizado em duas etapas (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012).

Essas duas etapas seriam a publicação do citado CPC, em um primeiro momento, e, posteriormente, a convergência completa às normas internacionais de contabilidade aplicáveis aos instrumentos financeiros. Assim, a partir dessa interpretação, surge outro arcabouço a ser explorado. Não apenas complexa é a variedade de instrumentos financeiros e de operações, como também a adequação da contabilização desses fatos às normas internacionais, fator ainda relativamente recente no Brasil.

Dessa forma, é essencial que esse assunto seja abordado de maneira clara, aprofundada e que a pesquisa acadêmica esteja voltada em partes à construção de um material de referência aos estudantes e profissionais. Estudos anteriores (ROSA; VENDRUSCOLO, 2009; VENDRUSCOLO; JUSTEN, 2012; BIANCHI *et al.*, 2014) buscaram destacar a relevância da temática.

O tema utilizado como elemento de análise, a contabilização de derivativos, é um dos que melhor contempla essas características: complexidade, distanciamento à maioria dos alunos e práticas específicas de contabilização. Faz-se necessário, porém, deixar claro a relevância desse gênero de instrumento financeiro e seus reflexos às companhias.

Ademais, é de extrema importância salientar que o papel da Contabilidade também é fundamental para a repercussão dos instrumentos nos resultados das entidades, já que é de amplo

² Mestre em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: maria.ivanice@ufrgs.br

conhecimento, diversos casos de empresas que enfrentaram desastres financeiros decorrentes de derivativos. Tal preocupação aumenta ao passo em que esses problemas podem repetirem-se, tendo como protagonistas os mesmos instrumentos financeiros.

Os contratos envolvendo derivativos e opções oferecem não apenas possíveis ganhos e proteção às companhias, mas também riscos consideráveis. A Contabilidade, que tem por objetivo evidenciar o patrimônio das organizações, obviamente sofre influência direta. Com os conceitos atuais de Gestão Empresarial, os efeitos dos resultados das companhias afetam investidores, funcionários, sociedade, fornecedores, clientes, bancos, governo, etc. Enfim, uma série de impactos em diversos segmentos que necessitam de informações precisas e claras.

Sabendo-se que as grandes companhias, em especial as que operam no mercado de valores, possuem em seus ativos os mais variados instrumentos financeiros, é fundamental que os estudantes de Ciências Contábeis tenham conhecimentos a respeito da área, bem como as normas e práticas de contabilização desses eventos.

Evidentemente, os cursos de formação acadêmica necessitam oferecer aos acadêmicos a oportunidade de entender as relações entre seu objeto de estudo (a área contábil) e esse mercado dinâmico (mercado de opções), relativo aos instrumentos financeiros.

Partindo-se do princípio de que alguns temas trabalhados na graduação possuem uma densidade específica e fogem das rotinas e do dia-a-dia da maioria dos estudantes, o problema de pesquisa deste artigo tenta evidenciar o quanto as grades curriculares estão preparadas e oferecem uma base para os estudantes?

Com base nessa importante área do conhecimento contábil, a pesquisa tem por objetivo analisar as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis, no Estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho está organizado em quatro seções adicionais a esta introdução ao tema. Focado especialmente no mercado de opções e nas operações envolvendo derivativos, a seção 2 oferece um referencial teórico com os principais conceitos acerca do mercado, a essência dessas operações, procurando situar o leitor no ambiente tratado, e uma análise de dados voltada à integração de assuntos de tamanha complexidade às grades curriculares de Ciências Contábeis. Os procedimentos metodológicos são descritos na seção 3. Na seção 4 são apresentados os dados e as análises realizadas na amostra. Por fim, as considerações finais sobre o estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se nessa seção, as principais definições e características sobre o mercado financeiro e os instrumentos financeiros.

2.1 Contextualização do mercado financeiro

O mercado financeiro oferece uma gama de produtos aos potenciais compradores. Sabe-se que, atualmente, a maioria das grandes empresas possuem ações listadas em bolsa, podendo seu capital ser diluído entre milhares de acionistas de todo o mundo. Uma das principais alternativas do mercado financeiro é a compra e venda de opções. Conforme Silva Neto (1996, p.17),

Em países onde o mercado financeiro se encontra desenvolvido e oferece formas eficientes de gestão de risco e capital, é negociado um tipo especial de contrato de liquidação futura, conhecido como contrato de opções. Esse contrato é negociado tanto em Bolsas, sendo então padronizado, quanto em balcão, onde não necessariamente está sujeito a um padrão.

As opções são instrumentos financeiros derivativos. O valor de uma opção e suas características de negociação estão ligadas a um ativo adjacente. Dessa forma, uma ação da PETROBRAS (PETR4) está ligada ao direito de compra ou venda do ativo PETROBRAS (PETRL28) (BRASIL *et al*, 2007).

Conforme Lopes e Lima (2003), a origem dos mercados de derivativos está relacionada aos problemas decorrentes da sazonalidade dos produtos agrícolas e dos riscos financeiros desse mercado. Enquanto as colheitas se concentravam em certo período do ano, as indústrias e consumidores necessitavam dos produtos durante todo o ano. Em outras palavras, oferta é sazonal enquanto a demanda é constante.

O crescimento da utilização de derivativos está associado às alterações estruturais na economia mundial que levaram a novas demandas no mercado internacional e que não poderiam mais ser atendidas por meio das operações financeiras tradicionais (IUDÍCIBUS, 2010).

Quanto aos objetivos, entre outros, está a proteção dos agentes econômicos no que tange oscilações de preços, taxas de juros, variações cambiais ou qualquer variação que possa vir a afetar seus fluxos de caixa futuros e o valor presente de seus ativos (BESSADA, 1994; LOPES; LIMA, 2003; IUDÍCIBUS, 2010).

As opções, da forma como são conhecidas hoje, foram inicialmente negociadas na Bolsa na

Chicago (*Board Options Exchange*) em 1973, embora sem muita popularidade. Com o lançamento de opções sobre os Títulos do Tesouro Americano, pela *Chicago Board* ou *Trade*, esse mercado cresceu e espalhou-se, tendo hoje significativa participação no volume do mercado de futuros – comprovando sua eficácia tanto para fins de especulação quanto de proteção (BESSADA, 1994; SILVA JUNIOR, 2006; BRASIL *et al*, 2007).

Tem-se que, no Brasil, o mercado organizado de opções existe desde 1979 e foi implantado pela Bolsa de Valores de São Paulo com opções de compra coberta. Mais tarde, permitiu-se o lançamento de opções de compras a descoberto e de opções de venda.

2.2 Instrumentos financeiros

De acordo com o disposto no *International Accounting Standards Board* – IASB, por instrumento financeiro, entende-se o seguinte: contrato que origina um ativo financeiro em uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra.

Dentre os instrumentos financeiros, encontram-se os derivativos, tema do presente artigo. Os Derivativos são instrumentos financeiros que derivam ou dependem do valor de outro ativo ou instrumento financeiro de referência o qual justifica a sua existência e que se caracterizam, normalmente, como contratos padronizados, negociados entre as partes em mercados secundários organizados ou contratos *ad hoc* entre os agentes, seja com a finalidade de obtenção de ganho especulativo ou (e principalmente) como *hedge* contra eventuais perdas no ativo ou instrumento financeiro de referência (LIMA, 2003; ROSA; VENDRUSCOLO, 2009).

Segundo o IASB, derivativo é um instrumento financeiro ou outro contrato cujo valor se altere, respondendo à alteração na taxa de juros especificadas, preços (de instrumento financeiro ou mercadoria), câmbio, índice de preços ou taxas, crédito ou outra variável, não sendo esta específica de uma parte do contrato. Os derivativos não demandam qualquer investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado. Ademais, é liquidado em data futura (IUDÍCIBUS, 2010).

O FASB, no FAS 133, denomina derivativo como contratos que tenham um ativo base que será o referencial da operação. Os valores efetivamente liquidados são calculados a partir do comportamento desse ativo base. Tal ativo poderá ser, dentre outros, um preço ou uma cotação (BRASIL *et al*, 2007; IUDÍCIBUS, 2010).

Como determina o IASB, o investimento inicial não é necessário ou é muito pequeno comparado

com o valor de toda a operação. A liquidação ocorrerá em data futura que pode ou não estar determinada no momento de fechamento do contrato (LOPES; LIMA, 2003).

Para Rubinstein (1999), um derivativo é um contrato entre duas partes que especificam condições, em particular, datas e montantes que resultam de algumas variáveis, sob as quais são efetuados os pagamentos e calculados os retornos. O nome “derivativo”, obviamente, dá a idéia de algo que deriva, que é arrastado, que depende de variáveis.

Instituições financeiras possuem inúmeras oportunidades e estratégias envolvendo instrumentos financeiros derivativos, buscando proteção ou flexibilidade na divulgação de seus resultados. Isso propicia a utilização apenas com fins especulativos quando, ao invés de contratados visando proteger as operações da empresa e seu operacional, almejam a mera obtenção de lucros financeiros, desvinculados à atividade-fim. Logicamente, a utilização de derivativos também pode acarretar prejuízos significativos às empresas envolvidas, como veremos a seguir.

Os derivativos podem ser classificados, de forma sumária, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 - Classificação dos derivativos

Primeira Geração	Segunda Geração
Contratos a termo (<i>forward</i>)	<i>Straddle</i> (compra de uma <i>call</i> e uma <i>put</i> pelo mesmo preço de exercício)
Contratos a futuro	<i>Strangel</i> (igual ao <i>Straddle</i> , mas com preço de exercício diferente)
Opções de compra (<i>call</i>) e opções de venda (<i>put</i>)	<i>Strap</i> (compra de 2 <i>call</i> e 1 <i>put</i>)
Contratos de <i>Swaps</i>	<i>Butterfly</i>
	<i>Condor</i> , <i>Box</i>

Fonte: LOPES; LIMA, 2003, p. 10.

As boas práticas de Governança Corporativa exigem que se informe aos acionistas e ao mercado em geral, de forma clara e eficiente, como estes instrumentos derivativos estão sendo utilizados pela companhia, mostrando aos investidores os riscos envolvidos devido, por exemplo, às variações cambiais (BRASIL *et al.*, 2007).

Atualmente, apenas as notas explicativas nas demonstrações financeiras consideram o uso destes instrumentos pelas companhias, e ainda assim, o fazem de maneira muitas vezes deficiente e superficial no que tange à qualidade e quantidade das informações (ROSA; VENDRUSCOLO, 2009;

BIANCHI *et al.*, 2014).

2.3 Mercado de opções

No mercado de opções, não existe negociação do produto, chamado título objeto (ações, ouro, dólar etc.), mas de direitos sobre ele. Opção, segundo Bessada (1994) é o direito de uma parte comprar ou vender a outra parte, até determinada data, uma quantidade do título-objeto a um preço preestabelecido.

O contrato de opções pode ser considerado uma evolução ou ramificação dos contratos futuros das *commodities* mais negociados e são operados e regulados igualmente pelas bolsas de futuros e, no caso de opções de ações, pelas bolsas de valores. Consiste em assumir o direito de comprar ou a obrigação de vender um lote padronizado de uma determinada mercadoria ou ativo financeiro, por um preço preestabelecido, numa data prefixada, condições estas fixadas pelas bolsas (BRASIL, *et al.*, 2007).

Obviamente, o mercado de opções trata de especulação. Quando o exercício da opção adquirida não for interessante, o portador do direito de compra não o exercerá. BRASIL *et al.*, (2007, pág.43) traz a seguinte definição:

Uma opção representa o direito de seu detentor de comprar ou vender determinado ativo-objeto em certa data (ou até certa data) por um preço determinado. O agente que lançou essa mesma opção tem a obrigação de vender ou comprar esse ativo, caso o primeiro queira. O lançador recebe um prêmio, correspondente ao valor em dinheiro para remunerar o risco assumido. A opção introduz uma relação assimétrica entre dois agentes. Quem compra o título possui direito em relação a quem vende. Quem vende (ou lança) a opção tem obrigações em relação àquele que a comprou. Essa relação é diferente da observada nos contratos futuros. Neste último caso, ambos os agentes que compram e vendem futuros possuem obrigações entre si.

Existem, assim, dois tipos de contratos de opção. Uma opção de compra (*call*) dá a seu detentor o direito de comprar determinado ativo-objeto em certa data (ou até certa data) por preço preestabelecido. Uma opção de venda (*put*), por sua vez, dá a seu titular o direito de vender o ativo-objeto em certa data (ou até certa data) por preço combinado no momento da transação do título.

O lançador de uma opção de compra é aquele que vende uma opção de compra, assumindo a obrigação de vender o objeto a que se refere a opção, caso sua posição seja exercida. Ele entregará a totalidade do objeto mediante o recebimento do preço do exercício. O lançador de uma opção de venda é aquele que vende uma opção de venda, assumindo a obrigação de comprar o objeto a que se refere

a opção, caso sua posição seja exercida.

Assim, o mercado de opções é dotado de grande flexibilidade, permitindo uma gama de estratégias operacionais que dão aos agentes econômicos diversas alternativas, tanto especulativas como de proteção (*hedge*). Fica fácil entender o porquê de grandes empresas utilizarem o mercado de opções no seu dia-a-dia. Além de reduzir os riscos em operações que envolvem a própria companhia, esses derivativos oferecem boas possibilidades de retorno.

Analisando-se os mercados financeiros e a tendência de aprimoramento dos mecanismos de gestão empresarial, há indícios claros acerca da mudança da percepção dos agentes econômicos sobre o papel da Contabilidade. (LOPES; LIMA, 2003). E a Contabilidade, por estar diretamente ligada a todas essas operações, que afinal, afetam patrimônio e lucros das entidades, deve caminhar junto a essas operações.

2.4 Contabilização das operações

Conforme mencionado anteriormente, há uma infinidade de operações envolvendo derivativos e opções, devido à elevada dinâmica do mercado. Assim, não é possível que se expresse aqui um roteiro de contabilização que abranja todas as operações disponíveis, mas sim alguns eventos mais relevantes.

É importante salientar que algumas operações contábeis possuem um entendimento mais complexo, uma vez que se originam de fatos que não estão presentes no dia-a-dia da maioria dos leigos e, inclusive, dos acadêmicos. As operações com derivativos e mercados de opções estão nesse contexto. Exemplificando, uma operação simples de compra e venda de veículos, cálculos de depreciação ou eventos no estoque são de fácil entendimento, uma vez que decorrem de fatos corriqueiros.

Entretanto, tem o dilema de como ministrar ou exemplificar de forma clara algo que, por si só, já exige um entendimento prévio, já que o mercado de opções não é algo presente na vida da maioria dos estudantes nos primeiros anos de graduação, e, muitas vezes, passa despercebido por todo o curso, salvo em disciplinas específicas como as relacionadas à administração financeira e, ainda assim, de forma superficial.

Isso deve-se ao fato, primeiramente, de que a própria Contabilidade possui uma infinidade de áreas, temáticas e assuntos para serem tratados ao longo do curso, não fornecendo, muitas vezes,

tempo e dedicação necessários para o entendimento de outros itens importantes. Ademais, as disciplinas que possuem caráter complementar, como Direito, Administração e Economia, especialmente, acabam também competindo entre si, não se permitindo aprofundar. Então, como ministrar o ensino de operações relacionadas a derivativos sem que os alunos tenham um real entendimento do funcionamento daquelas operações?

Cria-se, portanto, um mero decorar de débitos e créditos, sem fundamento e profundidade, facilmente esquecido após o término do ensino em questão. Somado a isso, o fato de que a contabilização desses instrumentos, por si só, não é de caráter ordinário. Ludicibus (2010, pág. 615) destaca:

Esse assunto é, certamente, o mais complexo no conjunto das atuais normas de contabilidade e é tratado em três pronunciamentos técnicos (CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação). Ressalta-se que tais Pronunciamentos substituíram o CPC 14, onde alguns dos assuntos eram tratados com menor grau de profundidade. Pela complexidade do assunto, considerando que parte bastante significativa das empresas que atuam no Brasil não realizará, em toda extensão, as operações ali descritas, o CPC optou por emitir o OCPC3, que se baseia no CPC 14.

O *International Accounting Standards Committee* (IASC) foi criado em 1973 com o objetivo de uniformizar as normas técnicas contábeis visando à comparabilidade entre as demonstrações elaboradas pelas empresas. O órgão emite os pronunciamentos contábeis denominados de *International Accounting Standards* (IAS). No ano de 2001, o IASC passou a ser denominado de *International Accounting Standards Board* (IASB) emitindo, a partir de então, os pronunciamentos *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

O IAS nº 39 – *Financial Instruments Recognition and Measurement* trata da questão do reconhecimento e mensuração dos instrumentos derivativos. Lopes e Lima (2003) destacam que os derivativos devem ser reportados no balanço patrimonial e que tais instrumentos precisam ser mensurados pelo seu custo no momento inicial. Todos os ativos financeiros devem ser mensurados pelo *fair value* subsequentemente ao seu reconhecimento inicial. Excluem-se os seguintes instrumentos que devem ser mensurados pelo custo histórico e sujeitos a testes futuros de *impairment*: empréstimos e recebíveis originados pela empresa sem finalidade de negociação (*trading*); outros instrumentos com datas específicas de resgate que a empresa pretende manter até a maturidade; e ativos financeiros cujo *fair value* não pode ser mensurado corretamente.

Os norte-americanos, por sua vez, utilizam-se do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), seu principal órgão normatizador, que emitiu, em junho de 1998, o Pronunciamento *Statement of*

Financial Accounting Standards 133 (SFAS 133) – Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities, que estrutura conceitualmente a contabilização e evidenciação das operações que envolvem os instrumentos derivativos.

No Brasil, no que concerne às normas aplicáveis a derivativos, destacam-se: a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) em seus artigos 183 e 184, as Normas e Instruções do Banco Central do Brasil, com destaque para a circular nº 3.082/02, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros comunicados proferidos por órgãos normativos de classe, como o Instituto Brasileiro de Auditores (IBRACON) ou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada a educação superior em Ciências Contábeis, haja vista sua aplicação prática na resolução do problema das grades curriculares dos referidos cursos.

Para atender os objetivos e resolver o problema desse estudo, a abordagem é qualitativa, cujas características, segundo Godoy (1995), são (i) ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (ii) caráter descritivo; (iii) significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; e (iv) enfoque dedutivo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. A partir do entendimento de que algumas áreas do ensino contábil são de difícil entendimento por parte dos acadêmicos, e tomando como base o mercado de opções e derivativos, procurou-se evidenciar o porquê dessas dificuldades, tomando como base a complexidade da contabilização de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O procedimento técnico adotado foi a pesquisa documental, realizada a partir da legislação vigente para cursos de graduação em Ciências Contábeis e as grades curriculares da amostra.

A população são as instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. A amostra contempla dez instituições de ensino, sendo três federais, quais sejam: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e sete particulares: Universidade FEEVALE, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) e Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER).

Os dados da pesquisa são as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. Eles foram coletados nos *sites* das instituições. Eles foram tabelados e organizados pelo *software* Excel.

4 ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foram analisados os dispositivos legais pertinentes à educação superior de Ciências Contábeis. A Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 43, determina que a educação superior tenha por finalidade formar diplomados em diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua (BRASIL, 1996).

No seu artigo 80, que versa sobre a educação à distância (EAD), tem-se que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 5.622/05 regulamenta o artigo citado anteriormente, e em seu artigo 1º estabelece que a educação à distância trata-se de uma modalidade educacional cuja mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). E prossegue, o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, “institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências”:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competência e habilidades;

II – componentes curriculares integrantes;

III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;

IV - estágio curricular supervisionado;

V - atividades complementares;

VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;

VII - regime acadêmico de oferta;

VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto (BRASIL, 2004).

Já em seu artigo 5, a Resolução CNE/CES 10 entra no mérito dos conteúdos que devem, obrigatoriamente, ser abordados pelos cursos de graduação, como vê-se a seguir:



Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Oportivos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (BRASIL, 2004).

É possível perceber a evidência que boa parte da graduação em Ciências Contábeis é tomada por disciplinas de Direito, Economia, Administração, Matemática e Estatística. Essas disciplinas são importantes para a formação acadêmica, entretanto, acabam competindo com alguns enfoques que passam quase que despercebidos ao longo do curso.

Apresenta-se, a partir de então, a análise das grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior gaúchas analisadas.

A começar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que oferece, no sétimo semestre, em caráter obrigatório, a disciplina denominada “Tópicos Contemporâneos de Contabilidade”.

Na súmula da disciplina, consta: “Principais tópicos de contabilidade gerencial contemporânea; custeio do ciclo de vida dos produtos; gestão econômica; demonstração de valor adicionado; custo-meta e custo kaizen; sistemas de recompensa e avaliação de desempenho.” Os objetivos, conforme transcrição a seguir, são proporcionar aos alunos:

- a) Conhecimento e análise de aspectos conceituais contemporâneos da contabilidade;
- b) Noções da execução e dos efeitos da aplicação das ferramentas operacionais, normas entre outros aspectos contemporâneos na gestão das organizações;
- c) Inter-relacionamento da ciência contábil com outras ciências para que o conhecimento e a crítica sejam desenvolvidos nas perspectivas multidisciplinar e sistêmica;
- d) Noções de ciências atuariais e a relação com a contabilidade.

Claramente, tem-se uma disciplina voltada a subsidiar o acadêmico, inteirando-o de assuntos relevantes e com os quais, em linhas gerais, ele não possui contato permanente. Entretanto, a cadeira

é oferecida no sétimo semestre, quando já foram cursadas, por exemplo, contabilidade societária e análise das demonstrações contábeis, no quarto e quinto semestres, respectivamente.

O curso conta ainda com quatro disciplinas obrigatórias de economia, quatro de direito, quatro de administração, uma de português e duas da área matemático-estatística.

A Universidade Feevale, por sua vez, dispõe, no oitavo semestre, e em caráter obrigatório, a disciplina “Tópicos Avançados de Contabilidade”, que traz a seguinte definição em seu plano de ensino: “Aborda os conhecimentos dos principais tópicos contemporâneos da contabilidade, objetivando a atualização do acadêmico frente ao novo contexto mundial”.

De forma semelhante, percebe-se que trata-se de uma disciplina de caráter subsidiário, que visa contextualizar o acadêmico no ambiente atual, nas realidades de mercado e globalização. Contudo, a cadeira é oferecida em um estágio avançado do curso (8º semestre), onde o estudante já percorreu as principais áreas do curso.

A grade curricular do curso de Ciências Contábeis da FEEVALE conta ainda com três cadeiras de administração, três de direito, apenas duas cadeiras (de caráter introdutório) de economia e duas de estatística, além de filosofia, psicologia e língua portuguesa.

Na estrutura curricular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) é oferecido, no sexto semestre e em caráter obrigatório, a disciplina denominada “Tópicos de Contabilidade Avançada e Internacional”. Destaca-se que a disciplina não é oferecida no último ano do curso, mas sim no sexto semestre. Ademais, cabe aqui destacar que o currículo dispõe da disciplina “Governança Corporativa”, cujo assunto é bastante relevante no contexto atual das grandes organizações.

O currículo pode ser analisado também como bastante voltado à área tributária, dado que possui nada menos que quatro cadeiras com esse enfoque, quais sejam: Direito Tributário, Encargos e Contribuições Sociais, Gestão Tributária I e II.

Analisando-se a grade do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) verifica-se que a mesma não possui disciplina alguma que procure, primordialmente, inteirar o acadêmico a respeito de assuntos contemporâneos num âmbito geral, como as citadas anteriormente. O currículo parece estar voltado às áreas de finanças, controles e orçamentária, especialmente em sua segunda metade, também indo no sentido oposto das demais universidades já analisadas. Cabe salientar que, no oitavo semestre, é oferecida a disciplina “Introdução à Ciência Atuarial”, um tema decorrente nos dias atuais.

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) agrega em sua grade curricular duas disciplinas de

enfoque prioritariamente contemporâneo. “Contabilidade de Áreas Específicas I e II” e “Tópicos Especiais em Contabilidade e Ética da Profissão Contábil” surpreendem ao oferecer um subsídio a áreas não trabalhadas em outros currículos, no quarto, sexto e sétimo semestres, respectivamente.

Estudos da área contábil relacionados à agricultura (custos, contabilização e tributação), pecuária, construção civil, sociedades cooperativas, entidades filantrópicas. Todos são assuntos abordados pela disciplina e exemplos de temas que só serão compreendidos pelos acadêmicos dessa forma: ministrados de maneira específica.

A grade curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS) possui uma disciplina de ordem semelhante. “Contabilidade de Atividades Especiais”, oferecida de modo obrigatório no sétimo semestre, tem o mesmo objetivo: introduzir de maneira específica alguns temas que não são, por assim dizer, corriqueiros. Novamente, todavia, a percepção de que as cadeiras com esse enfoque são sempre colocadas na reta final dos cursos, já quando os acadêmicos são concluintes de suas graduações.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) dispõe em sua grade curricular de duas disciplinas específicas, quais sejam: “Práticas Contábeis da Atividade Rural” e “Noções Atuariais”. A primeira, como consta em sua ementa, objetiva “preparar e orientar o aluno do curso de Ciências Contábeis a aplicar e desenvolver os conceitos e as particularidades da atividade rural. Apurar os registros contábeis e tributários aplicáveis à atividade rural, observando a legislação tributária, nos seus diversos aspectos.”

“Noções Atuariais”, por sua vez, procura “desenvolver habilidades para melhor compreender e interpretar a dinâmica que envolve o mercado em que estão inseridas as Companhias de Seguro, de Capitalização, as Operadoras de Planos de Saúde e as Instituições de Previdência Privada e Pública”. As cadeiras são oferecidas no sexto e sétimo semestre, respectivamente.

A grade curricular de Ciências Contábeis do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) é outra a oferecer (em caráter obrigatório e no oitavo semestre) uma cadeira voltada à área atuarial, denominada “Contabilidade Atuarial”, evidenciando o que parece ser uma tendência, sobrepondo-se às demais áreas. Destaca-se nessa grade, novamente, as pouquíssimas matérias relacionadas à economia, como já fora citado em outras universidades.

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que, além da disciplina “Noções de Atuária”, do oitavo semestre, no quarto semestre, em caráter obrigatório, se diferencia com a cadeira “Mercado de Capitais”, que trata, especificamente, de ações, bolsas de valores, instrumentos financeiros, *hedge*, opções, enfim. Oferece subsídio para que um aluno da graduação aprenda a contabilização de

derivativos sabendo do que exatamente se trata.

O Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) avança ainda mais: além de oferecer também as cadeiras “Mercado de Capitais”, no sexto semestre, e “Noções de Contabilidade Atuarial”, do sétimo, dispõe, no oitavo e último semestre, da disciplina “Governança Corporativa”, até então verificada apenas na grade da PUCRS.

Ou seja, de dez diferentes instituições de ensino analisadas, sendo três federais, quais sejam: UFRGS, UFSM e FURG e sete particulares (FEEVALE, PUCRS, UNISINOS, ULBRA, UCS, UNILASALLE e UNIRITTER), apenas duas são possuidoras de cadeiras que contemplem, especificamente, o mercado de capitais.

Obviamente, o tema em questão (capitais, derivativos e opções), fora usado apenas como exemplo, a fim de demonstrar que temas dessa importância e complexidade, por diferentes motivos, não são abordados por todas as graduações em Ciências Contábeis oferecidas no Estado do Rio Grande do Sul.

Outros assuntos localizados nas grades curriculares, como Contabilidade Atuarial e Governança Corporativa, também de fundamental importância no contexto global do século XXI, são ministrados de forma específica apenas em algumas universidades, e deixados de lado ou abordados superficialmente em outras. Logicamente, o curso de Ciências Contábeis, dada a sua complexidade e particularidades, não pode abordar todas as áreas em uma grade de 45 ou 50 cadeiras equivalentes a 3.000 horas presenciais.

Entretanto, é fundamental que os corpos docentes, coordenadores de cursos e mesmo acadêmicos estejam empenhados para que as graduações, cada vez mais, foquem naquilo que de mais importante e atual exista no mercado, nas grandes organizações e na sociedade de forma geral, ainda que, para isso, alguns conteúdos tenham que ter seu espaço abreviado.

É evidente que nos cursos de graduação, qualquer que seja a área abordada, alguns itens importantes não serão tratados com a devida atenção. Contudo, em áreas de fundamental importância, como a Contabilidade, é essencial que o tempo seja aproveitado da melhor maneira possível, de forma que a maior quantidade possível de itens essenciais seja abordada de maneira clara e que propicie aos acadêmicos um preparo diante dos desafios da profissão.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa procurou, primeiramente, contextualizar a complexidade do mercado de

derivativos, haja vista sua importância nos dias atuais e seu impacto nas demonstrações financeiras de grandes companhias.

A partir daí, procurou-se verificar, com base em uma análise detalhada das grades curriculares de dez universidades gaúchas componentes da amostra, quais delas possuem, nos cursos de Ciências Contábeis, disciplinas que contemplem temas atuais. Verificou-se que apenas duas delas oferecem disciplinas ligadas diretamente ao mercado de opções. Outros temas relevantes atualmente, como Ciências Atuariais e Governança Corporativa também são ministrados em caráter específico em alguns cursos, mas é evidente que isso não ocorre de forma homogênea e, sim, diversificada. Observou-se a inclusão de disciplinas mais genéricas para abordar temáticas mais contemporâneas.

Desta forma, tem-se que seja necessária a revisão das grades curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, haja vista que determinados temas não podem ser ignorados pelas IES, devida a sua tempestividade. Obviamente, disciplinas como Direito, Economia e Administração não podem ser excluídas dos currículos, sendo elas matérias básicas da formação do profissional, contemplando a legislação vigente para os cursos de formação de Ciências Contábeis.

É evidente que nos cursos de graduação, qualquer que seja a área abordada, alguns itens importantes podem não estar sendo tratados com a devida atenção. Contudo, é essencial que o tempo seja aproveitado da melhor maneira possível, de forma que a maior quantidade possível de itens essenciais seja abordada. Esse é um desafio a ser enfrentado pelas instituições de ensino superior brasileiras.

Sugerem-se pesquisas contemplando outras unidades geográficas para um contraponto dos resultados observados nesse estudo. Adicionalmente, indicam-se estudos para revisão das matrizes curriculares e diretrizes curriculares, a fim de indicar um caminho que procure um melhor aproveitamento da carga horária dos referidos cursos.

REFERÊNCIAS

BESSADA, Octavio. **O Mercado Futuro e de Opções**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

BIANCHI, Márcia; LEMMERTZ, Caroline; RAIMUNDINI, Simone Leticia; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. Evidenciação dos derivativos nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras na área da saúde. **Revista Ambiente Contábil**, Natal-RN, v. 6, n. 2, p. 282 – 301, jul./dez. 2014.

BRASIL, Haroldo Guimarães, *et al.* **Opções Reais**. São Paulo: Saraiva: 2007.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.622/05. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394/96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC nº 38 de 02 de outubro de 2009**. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração –IAS 39. 2009a.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC nº 39 de 21 de outubro de 2009**. Instrumentos Financeiros: Apresentação – IAS 32. 2009b.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC nº 40 (R1) de 18 de julho de 2012**. Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 7.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57 - 63; n.3, p. 20 - 29; n.4, p. 65 – 71, mar/ag.1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel. LIMA, Iran Siqueira. **Contabilidade e Controle de Operações com Derivativos**. São Paulo: Thomson, 2003.

ROSA, Heitor. S; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação à luz das Normas Internacionais de Contabilidade. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 12., 2009, Bento Gonçalves. **Anais ...** Bento Gonçalves: CRCRS, 2009.

SILVA JUNIOR, Daphnis Theodoro da. **O conteúdo informacional dos contratos futuros de Ibovespa**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA NETO, Lauro de Araújo. **Opções: do tradicional ao exótico**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice JUSTEN, Cristell Lisania. Adoção inicial do CPC 39 e IAS 32 nas companhias brasileiras: um estudo sobre as ações preferenciais resgatáveis. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, dez. 2012.

Data de recebimento do artigo: 15/08/2014

Data do aceite de publicação: 03/10/2014